



ATA N.º 78

28-09-2016

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a septuagésima oitava reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Margarida Caeiro Vasco e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às dez horas, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. -----

O Sr. Presidente da Câmara informou, na sequência do pedido efetuado pelo Vereador João Nobre, que os valores referentes às despesas com a realização da Feira Anual de Cuba, Edição de 2016, uma vez que as contas ainda não estão encerradas, serão transmitidos aos vereadores, para conhecimento, assim que estejam disponíveis. -----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2016: € 438 370,83. -----

ORDEM DO DIA. -----

1. CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE PENDÕES PUBLICITÁRIOS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Vice-Presidente que defere o pedido formulado pelo Município de Viana do Alentejo, de autorização de colocação de

pendões em Cuba, entre os dias 9 e 30 de setembro, para divulgação da “Feira D’Aires 2016”, que decorre entre os dias 23 e 26 do referido mês. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara. -----

2. DUARTE CARREIRA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE FATURA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES.

Solicita o Sr. Duarte Carreira, esposo da Sr.ª Maria Antónia Afonso Pequeno que é titular do contrato de água referente prédio sito na Rua Michel Giacometti, n.º 2, em Cuba, a possibilidade de poder pagar em duas prestações, a fatura referente ao consumo exagerado de água do mês de julho, no valor de € 78,26. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que o pedido tem enquadramento no art.º 73.º do Regulamento Municipal de Abastecimento Público de Água do Concelho de Cuba, deliberou atender a pretensão do requerente, possibilitando o pagamento em duas prestações. -----

3. ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA APANHA E ALIENAÇÃO DE AZEITONAS PROVENIENTES DE OLIVEIRAS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 61/2016, do SAJAI, cujo teor se transcreve: -----

“À semelhança de anos anteriores, verifica-se que as oliveiras existentes nos prédios propriedade do Município na zona envolvente do Parque Empresarial “Quinta da Graciosa”, em Cuba, estão carregadas de azeitonas. -----

Sendo este um fruto tradicional e relevante do Alentejo e base do seu tão afamado azeite, torna-se conveniente não deixar que tal bem se perca. -----

Quid iuris? -----

De harmonia com o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 204.º do Código Civil, “*são coisas imóveis (...) os frutos naturais (...) enquanto estiverem ligados ao solo*”. -----

Nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “*adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG*”, ou seja, até € 530.000,00. -----

Nesta conformidade, atendendo a que podem aparecer vários interessados, propõe-se a abertura de um procedimento de concurso público destinado à apanha e alienação dessas azeitonas, o qual se rege pelas normas seguintes: -----

1. Concurso público para a apanha e alienação de azeitonas provenientes de oliveiras existentes nos prédios propriedade do Município de Cuba sitos na zona envolvente do Parque Empresarial “Quinta da Graciosa”, em Cuba, cuja entrega de propostas, por carta fechada em cujo invólucro deve ser identificado o concorrente e indicada a respetiva morada, deve ser feita até ao 15º dia contado da publicação do respetivo

edital. -----

2. O preço base para alienação das azeitonas apanhadas é de € 50,00 (cinquenta euros).

3. O ato público de abertura das propostas terá lugar no dia útil imediato à data limite para entrega das mesmas, pelas 11h00, no Salão Nobre dos Paços do Município, perante Comissão designada para o efeito. -----

A este ato público podem estar presentes os concorrentes ou seus representantes devidamente credenciados. -----

4. A venda será adjudicada à proposta que apresentar o preço mais elevado. Se entre as propostas apresentadas houver duas ou mais de igual valor, a adjudicação será feita à proposta que tiver dado entrada em 1º lugar nos serviços da Câmara Municipal de Cuba.

5. O adjudicatário procederá ao pagamento do preço proposto até às 16h00 do dia subsequente à data da sua notificação, sob pena de, não o fazendo, a adjudicação ficar sem efeito, sendo as azeitonas alienadas à proposta ordenada no lugar imediato. -----

Mais se propõe que a Comissão de Acompanhamento deste procedimento seja constituída pelos seguintes membros: -----

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara; -----

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da DGM; -----

José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da SADM; -----

Vogais Suplentes: Francisco Xavier Candeias Fitas, Vice-Presidente da Câmara; -----

Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior. -----

O Presidente, nas suas faltas e impedimentos, é substituído pelo vogal Francisco Xavier Candeias Fitas. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à abertura do concurso e aprovar a constituição da Comissão de Acompanhamento do procedimento. -----

4. CONCURSO PÚBLICO Nº 02/16 PARA A EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DA ZONA DA ENCOSTA DO CASTELO, EM VILA RUIVA. -----

Foi presente à Câmara o Despacho do Sr. Presidente, datado de 22 de setembro, que se transcreve: -----

"DESPACHO"

João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, fazendo uso da faculdade que lhe é conferida pelo n.º 3 do art.º 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, determina, ao abrigo do disposto no nº 4 do art.º. 61º do CCP, que: -----

No seguimento das listas de erros e omissões apresentadas no procedimento supra identificado, cuja apreciação e resposta carece de um prazo mais longo, se mantenha a suspensão do prazo para apresentação das propostas pelo período máximo de 15 dias contínuos. -----

Submeta-se o presente despacho a ratificação do órgão executivo, nos termos do nº 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

5. EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CASA FIALHO DE ALMEIDA. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA APLICAÇÃO EM OBRA. CONDIÇÃO NECESSÁRIA AO AUTO DE CONSIGNAÇÃO E INÍCIO DOS TRABALHOS. PROPOSTA DE APROVAÇÃO E POSTERIOR RATIFICAÇÃO NA RC DE 28.09.2016. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 26/2016, do Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, que é do seguinte teor: -----

“ Adjudicada a empreitada em epígrafe, celebrado o contrato de empreitada, remetido o processo para visto do Tribunal de Contas, foi delineado o início dos trabalhos no próximo dia 19 de setembro. -----

Para que tal possa ocorrer deverá o Plano de Segurança e Saúde em obra ser aprovado pela Câmara Municipal, conforme estipulam os n.ºs 1 e 2 do art.º 13.º do Dec. Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro: -----

Artigo 13.º - Aplicação do plano de segurança e saúde para a execução da obra: -----

1 - A entidade executante só pode iniciar a implantação do estaleiro depois da aprovação pelo dono da obra do plano de segurança e saúde para a execução da obra. -

2 - O dono da obra deve impedir que a entidade executante inicie a implantação do estaleiro sem estar aprovado o plano de segurança e saúde para a execução da obra. ---

O empreiteiro remeteu-nos o mesmo e consta do doc. n.º 1. Tendo sido analisado por parte do Eng. Civil – Élio Bernardino, o mesmo mereceu a concordância e proposta de aprovação superior. -----

Para podermos cumprir os prazos em cima planeados propõe-se aprovação por parte do Presidente da Câmara, ao abrigo do art.º 13.º n.º 1 do Dec. Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, decisão que deverá ser submetida a ratificação na RC de 28.09.2016. -----

a) - No uso das competências que são cometidas ao Presidente da Câmara pelo n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à possibilidade de se substituir à Câmara, em articulação com o art.º 13.º n.º 1 do Dec. Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, aprove o Plano de Segurança e Saúde em obra da empreitada da Casa Fialho de Almeida; -----

b) – Submeta essa sua decisão a ratificação na RC de 28 de setembro de 2016.” -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o*

presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

6. ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA CURSOS DO ENSINO SUPERIOR. ABERTURA DE CONCURSO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 184/2016, da Subunidade Administrativa, cujo teor se transcreve: -----

Prevê o Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, no seu art.º 2.º, que: “no início de cada ano letivo, a Câmara abrirá concurso para atribuição de bolsas de estudo, do qual será dado conhecimento aos interessados através de edital a fixar nos locais de estudo, bem como no sítio da Internet da Câmara Municipal.” -----

Assim, propõe-se que a Câmara delibere no sentido de abrir concurso para atribuição de bolsas de estudo para o ano de 2016/2017, fixando, simultaneamente, o número de bolsas a atribuir e o respetivo montante. -----

A Câmara, por unanimidade, com base no disposto na alínea hh) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 9/09, em articulação com o disposto no art.º 2.º, n.º 4 do regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, deliberou que seja dado início ao respectivo processo de candidaturas para o ano lectivo de 2016/2017, conforme edital que aprova, legitimando a apresentação de candidaturas até ao próximo dia 31 de outubro. -----

Mais delibera fixar em 35 o número de bolsas a atribuir, no montante de € 720,00, cada. -----

7. ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO DE RESTRIÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DO CONCELHO DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 60/2016, do SAJAI, que é do seguinte teor: -----

“Na sequência da n/ Informação Jurídica n.º 57/2016, que se anexa, deliberou o órgão executivo, em sua reunião ordinária de 14/09/2016, dar início a procedimento para restrição do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas do concelho até às 02h00 de todos os dias do ano. -----

Acontece, porém, que, de harmonia com o disposto no art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, com as alterações que lhe foram recentemente introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, a restrição dos horários de funcionamento deve ser feita caso a caso, ou seja, individualmente para cada estabelecimento, com fundamento em razões de segurança ou de proteção da qualidade de vida dos cidadãos. Visa esta norma a criação de um ato administrativo que é, conforme definido no art.º 148.º do CPA, a decisão que, no exercício de poderes jurídico-administrativos, vise produzir efeitos jurídicos externos numa situação individual e concreta. -----

Ora, o que a deliberação municipal pretende é alargar essa restrição a um conjunto genérico e abstrato de destinatário. Significa isto que a forma de normativizar essa situação é através da criação de um regulamento administrativo, que constitui, no

conceito do art.º 135.º do CPA, as normas jurídicas gerais e abstratas que, no exercício de poderes jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos. -----

Assim sendo, optando-se pela elaboração de um regulamento municipal sobre esta matéria, há que atentar ao disposto no Código do Procedimento Administrativo (CPA), ou seja: -----

- 1) O início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento (n.º 1 do art.º 98.º); -----
- 2) O regulamento é aprovado com base num projeto, acompanhado de uma nota justificativa fundamentada, que deve incluir uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas (art.º 99.º); -----
- 3) Quando se trate de regulamento que contenha disposições que afetem, de modo direto e imediato, direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, deve o mesmo ser submetido a audiência dos interessados, por período não inferior a 30 dias (n.º 1 do art.º 100.º); -----
- 4) A emissão de um regulamento depende sempre de lei habilitante, motivo pelo qual deve o mesmo indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou, no caso de regulamentos independentes, as leis que definem a competência subjetiva e objetiva para a sua emissão (n.ºs 1 e 2 do art.º 136.º); -----
- 5) A produção de efeitos de um regulamento depende da sua publicação no Diário da República, sem prejuízo de tal publicação poder ser feita também no boletim municipal e no seu sítio institucional (art.º 139.º); -----
- 6) Os regulamentos entram em vigor na data neles estabelecida ou no quinto dia após a sua publicação (art.º 140.º). -----

Nesta conformidade, devem ser seguidos os seguintes passos no sentido da elaboração e aprovação do regulamento pretendido: -----

- 1) Deve ser submetida à Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (*"Compete à câmara municipal (...) elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos"*), a intenção de dar início ao procedimento de elaboração do regulamento em causa, em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 98.º do CPA; Esta deliberação é, depois, publicitada no sítio institucional da internet da Câmara Municipal de Cuba, indicando o órgão que o decidiu desencadear, a data em que o mesmo se iniciou, o seu objeto e a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento; -----
- 2) Contendo o regulamento em questão normas que afetam, de modo direto e imediato, direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, deve o mesmo ser submetido

a audiência dos interessados, por período não inferior a 30 dias, em cumprimento do n.º 1 do art.º 100.º do CPA; -----

3) De igual modo, devem ser previamente auscultadas as seguintes entidades, conforme determina o art.º 3.º do Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de maio, na sua redação atual: os sindicatos, as forças de segurança, as associações de empregadores, as associações de consumidores e as juntas de freguesia do concelho; -----

4) O projeto de regulamento a submeter a aprovação é acompanhado de uma nota justificativa fundamentada (na qual se deve indicar a lei habilitante, que são os artigos 112.º, nº 7, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, e na alínea k) do nº 1 artigo 33.º, conjugada com a alínea g) do nº 1 do art.º 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12/09), que deve incluir uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas (no caso concreto, não nos parece existirem quaisquer custos, mas devem ser mencionados os benefícios que para os cidadão resulta em termos de consagração do direito ao descanso, ao repouso e a uma sã qualidade de vida, constitucionalmente consagrados).” A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Regulamento que seguidamente se transcreve e remeter o mesmo para aprovação na Assembleia Municipal. -----

Projeto de Regulamento Municipal da Restrição do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas. -----

Nota Justificativa

O Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro, que aprovou o regime jurídico do acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, veio consagrar um regime de horário livre dos estabelecimentos. -----

Não obstante tal facto, prevê este diploma que os municípios possam restringir os períodos de funcionamento dos estabelecimentos, com fundamento em critérios de segurança e proteção da qualidade de vida dos cidadãos, sem prejuízo da legislação laboral e do ruído. -----

Em termos do ruído, tem-se verificado no Município de Cuba um crescente descontentamento dos cidadãos residentes nas imediações dos estabelecimentos de restauração e bebidas, que têm denunciado várias situações de excesso de ruído provocado por esses estabelecimentos. Não só o ruído produzido no interior desses estabelecimentos, mas igualmente fora dos mesmos, uma vez que respetivos os clientes permanecem na via pública a conversar. -----

O ruído assim produzido põe em causa a qualidade de vida de um número significativo de cidadãos, por não conseguirem dormir, com os consequentes danos para a saúde. Nalguns locais a violação dos limites permitidos em termos do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual, ficou comprovado pelas medições técnicas efetuadas por laboratório acreditado. -----

Verifica-se, assim, um conflito de direitos. -----

Por um lado, temos o direito à qualidade de vida dos cidadãos, com máximo expoente

no direito à saúde e ao repouso, essenciais à existência física. O direito ao repouso, ao sossego e ao sono são uma emanção da consagração constitucional do direito à integridade física e moral da pessoa humana e a um ambiente de vida sadio, constituindo, por isso, direitos de personalidade, com assento constitucional entre os Direitos e Deveres Fundamentais. -----

Por outro lado, há o direito à iniciativa privada, intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento económico, social e cultural. -----

Porém, a nossa lei fundamental concede uma maior proteção jurídica aos direitos de personalidade do que aos direitos de índole económica, social e cultural, havendo entre eles uma ordem decrescente de valoração. -----

E na lei ordinária existe um dispositivo que expressamente manda dar prevalência, em caso de conflito de direitos, àquele que for considerado superior – nº 2 do artº. 335º Código Civil. -----

Nestes termos, visando estabelecer um equilíbrio entre os direitos conflitantes, considera-se essencial restringir o funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas, permitindo o seu funcionamento, no período noturno, apenas até às 02h00. O presente projeto regulamento irá ser submetido a consulta pública, nos termos do nº 1 do artº. 100º do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de 30 dias.

Artigo 1º - Âmbito de aplicação

1. O regime previsto no presente Regulamento aplica-se aos estabelecimentos de restauração e de bebidas localizados dentro do perímetro urbano da Vila de Cuba e das aldeias e lugar que integram o Município de Cuba. -----
2. Por deliberação da Câmara Municipal, pode o presente Regulamento aplicar-se a estabelecimentos localizados fora das áreas referidas no número anterior, quer por sua iniciativa quer na sequência do exercício do direito de petição dos particulares, quando sejam invocadas razões de segurança e de proteção de qualidade de vida dos cidadãos, designadamente relacionadas com a necessidade de cumprimento das regras do Regulamento Geral do Ruído. -----

Artigo 2º - Regime geral de funcionamento dos estabelecimentos

Sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes e do regime especial em vigor para atividades não especificadas no Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de maio, os estabelecimentos de restauração ou de bebidas, os estabelecimentos de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizem de forma acessória, espetáculos de natureza artística, os recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos têm horário de funcionamento livre. -----

Artigo 3º - Restrições aos horários de funcionamento dos estabelecimentos

1. Por razões de segurança e de proteção da qualidade de vida dos cidadãos, os estabelecimentos referidos no artigo anterior, situados nas áreas indicadas no nº 1 do artº. 1º, só podem funcionar, todos os dias da semana, até às 02h00. -----

2. As esplanadas e demais instalações ao ar livre podem funcionar até às 00h00, devendo o mobiliário que as integram ser removido até 45 minutos após o termo do horário de funcionamento. -----

3. A Câmara Municipal, mediante deliberação, pode fixar períodos de restrição diferentes do mencionado no nº 1, nas épocas de Natal, Ano Novo, Carnaval e Páscoa e outras festividades com interesse para o Município. -----

Artigo 4º - Condições específicas de funcionamento dos estabelecimentos

1. Durante o período de funcionamento dos estabelecimentos devem ser tomadas as medidas possíveis para impedir a propagação de ruído do interior para o exterior, designadamente através do fecho de portas e janelas. -----

2. Fora do período de funcionamento é proibida a permanência de clientes e utentes no interior do estabelecimento ou a realização de qualquer atividade ruidosa, com exceção das relacionadas com a limpeza ou manutenção que não possam ser realizadas durante o período de funcionamento. -----

3. Nas esplanadas e nos locais ao ar livre é proibida a emissão de som amplificado, salvo mediante licença especial de ruído. -----

4. O não cumprimento do disposto nos números anteriores constitui fundamento para a Câmara Municipal adotar as medidas necessárias tendentes ao restabelecimento das condições de silêncio e tranquilidade locais, designadamente através da fixação de um período de funcionamento com um horário mais restrito que o previsto no n.º 1 do art.º 3.º. -----

Artigo 5º - Período de encerramento dos estabelecimentos com restrição de horário

1. Para efeitos do presente regulamento, considera-se que o estabelecimento está encerrado, no momento a partir do qual cessa o fornecimento de qualquer bem consumível ou prestação de serviço dentro ou fora do estabelecimento, não sendo permitida a entrada de clientes, bem como música ligada ou produção de ruídos próprios do funcionamento de um estabelecimento. -----

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os estabelecimentos estão autorizados a proceder ao atendimento dos clientes que se encontram no seu interior no momento do encerramento e não tenham ainda sido atendidos. -----

3. Encontram-se em incumprimento, para efeitos do disposto no presente artigo, todos os estabelecimentos que, decorridos 15 (quinze) minutos sobre o limite do horário de funcionamento, ainda mantenham no seu interior clientes e pessoas estranhas ao serviço do estabelecimento. -----

Artigo 6º - Horário de funcionamento referente à atividade de restauração ou de bebidas, não sedentária

As unidades de restauração ou de bebidas móveis, amovíveis ou fixas de uso temporário, podem funcionar dentro dos limites do horário fixado para os estabelecimentos de restauração ou de bebidas, sendo-lhes aplicável o disposto no nº 1 do artº. 3º. -----

Artigo 7º - Mapa de horário de funcionamento

1. Em cada estabelecimento deve estar afixado o mapa de horário de funcionamento em local bem visível do exterior. -----
2. Para os conjuntos de estabelecimentos, instalados num único edifício, que pratiquem o mesmo horário de funcionamento, deve ser afixado um mapa de horário de funcionamento em local bem visível do exterior. -----
3. A definição do horário de funcionamento e o respetivo mapa, não estão sujeitos a qualquer comunicação, autorização, autenticação, validação, certificação ou qualquer outro ato permissivo e, por conseguinte, não estão sujeitos ao pagamento de quaisquer taxas municipais. -----

Artigo 8º - Contraordenações

1. Constitui contraordenação punível com coima: -----
 - a) A falta de afixação do mapa de horário de funcionamento, em local bem visível do exterior, é punível com coima prevista na lei, graduada de € 150,00 a € 450,00, para pessoas singulares, e de € 450,00 a € 1.500,00, para pessoas coletivas; -----
 - b) O funcionamento do estabelecimento fora do horário estabelecido, é punível com coima prevista na lei, graduada entre € 250,00 a € 3.740,00, para pessoas singulares, e de € 2.500,00 a € 25.000,00, para pessoas coletivas; -----
 - c) O funcionamento do estabelecimento, sem que as portas e as janelas se encontrem encerradas, é punível com coima de € 50,00 a € 5.000,00, para pessoas singulares, e de € 100,00 a € 10.000,00, para pessoas coletivas; -----
 - d) A não remoção do mobiliário afeto às esplanadas dos estabelecimentos, em violação do disposto no nº 2 do artº. 3º, é punível com coima de € 50,00 a € 5.000,00, para pessoas singulares, e de € 100,00 a € 10.000,00, para pessoas coletivas. -----
- 2 – O produto das coimas constitui receita do Município. -----

Artigo 9º - Competência

A decisão sobre a instauração dos processos de contraordenação, a aplicação das coimas e das sanções acessórias é da competência do Presidente da Câmara Municipal, podendo haver lugar a delegação e subdelegação de competências, nos termos da lei.

Artigo 10º - Normas supletivas

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente regulamento, aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de Janeiro, o Código do Procedimento Administrativo e restante legislação aplicável. -----

Artigo 11º - Norma revogatória

O presente regulamento revoga o artº. 6º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços. -----

Artigo 12º - Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. -----

8. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO – ANO LETIVO 2016/2017 – APRECIACÃO DE CANDIDATURAS (FORA DO PRAZO) PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO EM CANTINA ESCOLAR E MATERIAIS E/OU LIVROS ESCOLARES. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 19/2016, do Serviço de Ação Educativa dando conhecimento de que após o período regular de candidaturas, alguns encarregados de educação se dirigiram ao Serviço de Ação Educativa a fim de solicitar os seguintes apoios: cantina escolar e livros e/ou materiais escolares. -----

Foram recebidas, 6 candidaturas (1 da Educação Pré-escolar e 5 do 1.º Ciclo do ensino Básico). -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento, todos os requerimentos foram aceites por este Serviço, embora fora do prazo regulamentado para a receção das candidaturas, mas que pelos motivos apresentados (confusão com a entrega da declaração por ocasião da matrícula), salvo melhor opinião, se atenderam. São alunos pertencentes a agregados familiares com baixos rendimentos económicos, integrados no 1.º e 2.º escalão de rendimentos determinados para efeitos de atribuição do abono de família. -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições tem um valor estimado de 805,12 €, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2016/2017 o valor estimado será de 275,94 € e o encargo financeiro para o apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo, tem um valor de 160,00 €. -----

O pagamento do *apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo* será feito à entidade fornecedora dos materiais e/ou livros escolares, neste caso concreto à “Papelaria Articolor”, por meio de cheque ou outro meio de pagamento. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico no que respeita a alimentação e atribuição de auxílios económicos a estudantes – Ano letivo 2016/2017, deliberou considerar as candidaturas apesar de extemporâneas. -----

H-
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

-----+-----
9. ALTERAÇÃO N.º 8 AO ORÇAMENTO E GOP'S PARA 2016. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 43/2016, dos Serviços Financeiros, enquadrando dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo orçamental e respectiva execução do Dec-Lei n.º 54-A/99), a modificação ao orçamento e às GOP's. -----

Na alteração n.º 8 ao orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com seguros, conservação de bens, encargos de cobrança de receitas, impostos e taxas, outros encargos com a saúde, deslocações e estadas, formação, material de escritório, comunicações, gasóleo, material de transporte-peças, encargos das instalações, conservação de bens, alimentação – géneros para confeccionar, ferramentas e utensílios, material de educação, cultura e recreio e aquisição de bens e serviços diversos. A nível das despesas com o pessoal o reforço prendeu-se essencialmente com a renovação do acordo de colaboração para o programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar. A nível da receita o orçamento sofreu um reforço, em virtude do acordo referido anteriormente.-----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2005/14- Foi modificado o valor de anos seguintes, no que diz respeito a compromissos referentes ao contrato de locação do mini-bus; -----

01 111 2016/11 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com a participação do Município na candidatura a fundos comunitários, no que diz respeito à ligação fibra ótica entre edifícios; -----

03 331 2002/60 ação2 – O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com trabalhos a mais da empreitada do muro da Refer; -----

As Actividades Mais Relevantes sofreram modificações (reforços) nos seguintes projectos: -----

02 211 2007/5004 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projecto; -----

02 212 2014/5009 ações 1 e 2- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projecto da fruta escolar; -----

02 232 2014/5006 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projecto (17 candidaturas); -----

02 252 2002/5040 ações 1 e 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o protocolo do Sporting Clube de Cuba; -----

03 341 2002/5050 ações 1,2,5 e 7- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com o projecto. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, deliberou aprovar a alteração n.º 8 ao Orçamento e GOP's para 2016. -----

10. CONCURSO PÚBLICO INERENTE À EMPREITADA DO REABILITAÇÃO E

REGENERAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE AO CASTELO, EM VILA RUIVA. APRESENTAÇÃO DE LISTAS DE ERROS E OMISSÕES POR PARTE DE QUATRO INTERESSADOS. PRONÚNCIA POR PARTE DO ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR. --

Foi presente à Câmara a Informação n.º 27/2016, do Chefe da unidade de Apoio Jurídico, desenvolvimento, Cultura e Sociedade, cujo teor se transcreve: -----

“Conforme é consabido, está em curso o procedimento de concurso público visando a execução da empreitada detalhadamente enunciada no assunto em cima exposto. ----- Cronologicamente, importa lembrar que por deliberação da Câmara datada de 31 de agosto de 2016, foi **aprovado a abertura do procedimento do concurso público da empreitada** no âmbito do projeto comunitário que lhe está conexo, e cuja candidatura foi também aprovada, por unanimidade, pela Câmara Municipal na reunião ordinária de 27 de julho de 2016. -----

Recorda-se que posteriormente, na reunião de 14 de setembro de 2016 foi apresentada por parte do Presidente da Câmara o despacho de decisão para ratificação que aprovou a proposta do júri do concurso **sobre os esclarecimentos** solicitados pelos concorrentes tendo sido deliberado aprovar esses mesmos esclarecimentos. -----

Em sintonia com as etapas inerentes a um concurso público de empreitada, as **23h59m do dia 20 de setembro** foi o prazo limite para os concorrentes apresentarem as listas de erros e omissões, que tinham que ser submetidas na plataforma ACINGOV. -----

Cumpre-nos dar conhecimento que, até àquela data, havia sido apresentado quatro listas de erros e omissões por parte de interessados – **vide doc. n.ºs 1, 2, 3 e 4:** -----

a) – **Manuel Pedro de Sousa & Filhos, Lda.** – listagem de erros e omissões apresentada às **14h49m do dia 19.09.2016, que consta do doc. n.º 1;** -----

b) – **Consdep, Engenharia e Construções, S.A.** – listagem de erros e omissões apresentada às **09h26m do dia 20.09.2016, que consta do doc. n.º 2;** -----

c) – **Protecnil, Sociedade Técnica de Construções, S.A.** – listagem de erros e omissões apresentada às **17h43m do dia 20.09.2016, que consta do doc. n.º 3;** -----

d) – **ArquiJardim, S.A.** – listagem de erros e omissões apresentada às **18h40m do dia 20.09.2016, que consta do doc. n.º 4;** -----

Aqui chegados, importa mais uma vez trazer à colação as normas do Código dos Contratos Públicos que determinam a metodologia de resolução para as listas de erros e omissões apresentados, e sobre isso, como em outros momentos já havia sido informado, dispõe o citado código no seu art.º 61.º o seguinte: -----

Artigo 61.º - Erros e omissões do caderno de encargos

1 — Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar o órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a: -----

a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou -----

b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do

objeto do contrato a celebrar; ou -----

c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis. -----

2 — Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e omissões que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato. ---

3 — A apresentação da lista referida no n.º 1, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 5 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo. -----

4 — As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizadas em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos aqueles que tenham adquirido as peças do procedimento serem imediatamente notificados daquele facto. -----

5 — Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites. -----

6 — A decisão prevista no número anterior é publicitada em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto. -----

7 - ...” -----

Para que o assunto pudesse ser apresentado na reunião de Câmara de 28 de setembro de 2016, foram as listas de erros e omissões remetidas ao projetista – Arquiteto Quaresma, visando a emissão do respetivo parecer sobre cada uma das situações enunciadas, ao que o mesmo, com a colaboração dos respetivos membros da equipa concluiu a sua resposta no dia 26 de setembro. doc. n.º 5; -----

Sobre o teor do documento do projetista, efetuada a leitura de todo o seu conteúdo para a fundamentação da aceitação ou rejeição dos erros e omissões que são propostos aceitar ou não aceitar, importa assimilar o teor do documento que faz parte integrante da presente informação e deverá passar a integrar a ata da reunião a título de apenso à deliberação que vier a ser tomada. Vide doc. n.º 6; -----

Regista-se também o apenso do doc. n.º 7 sobre as respostas do projetista às omissões do interessado.” -----

A Câmara, por unanimidade, após análise detalhada do teor do normativo legal em cima transcrito, efetuada a leitura atenta das quatro listas de erros e omissões apresentadas, bem como o parecer do projetista, em sintonia com aquilo que foi acordado com o mesmo, delibera: -----

1.º - Registrar que foram apresentadas quatro listas de erros e omissões por parte dos concorrentes – **Consdep, Engenharia e Construções, S.A.; Manuel Pedro de Sousa &**

Filhos, Lda., Protecnil, Sociedade Técnica de Construções, S.A.; Arquilardim, S.A. que foram entregues até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas (20.09.2016 - 23h59m) em sintonia com o n.º 1 do art. 61.º do CCP, razão pela qual foram devidamente analisadas pelo projetista e pelo dono de obra; -----

2.º - Ao abrigo do n.º 5 do art. 61.º do CCP aceitar e/ou rejeitar as situações que pressupunham alterações das quantidades apresentadas pelos interessados, remetendo para a proposta apresentada pelo projetista sobre os erros e omissões previstos no doc.s n.º 5, 6 e 7 anexo à presente informação, registando-se que sublinhado a amarelo surgem as situações de aceitação dos erros e, ressalvando que uma cópia desses documentos ficará apensa à presente ata; -----

3.º - Determinar, em função dos factos que antecedem, face à margem inicialmente programada, não existe razões para alteração do preço base ou do prazo de execução da empreitada; -----

4.º - Determinar que no dia 28 de setembro de 2016 sejam notificados através da plataforma ACINGOV os concorrentes e levantada a suspensão que ocorreu a partir do 5/6 do prazo, o que legitimará a apresentação de propostas durante mais um sexto do prazo, isto é, até às 23h59m do dia 03 de outubro de 2016. -----

11. CONTRATOS DEFINITIVOS DE COMPRA E VENDA DE LOTES NO PARQUE EMPRESARIAL. RATIFICAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 62/2016, do SAJAI, que seguidamente se transcreve, bem como o despacho do Sr. Presidente da Câmara que aprovou a celebração dos contratos definitivos de compra e venda de lotes no parque Empresarial. "Por deliberação do órgão executivo, tomada em sua reunião ordinária de 16/09/2015, foi inserido o nº 7 à cláusula 14ª do Regulamento de Alienação de Lotes do Parque Empresarial "Quinta da Graciosa", em Cuba, cujo teor se transcreve: -----

"Cláusula 14ª - Escritura definitiva de compra e venda

1 - A escritura definitiva de compra e venda será celebrada no prazo máximo de 30 dias contados da data do deferimento da atribuição da licença de utilização. -----

2 - No ato da outorga da escritura de compra e venda será efetuado o pagamento do remanescente do preço do lote (75% do valor total). -----

3 - O levantamento do Alvará de utilização que está condicionado ao pagamento do valor referido no nº 2, tem como prazo 24 meses contados da assinatura do contrato, momento em que será transferido o direito de propriedade. -----

4 - O não cumprimento dos prazos previstos no número anterior, implica a devolução da posse do terreno ao município sem direito a qualquer reembolso. -----

5 - Como parte integrante da escritura, devem constar o presente regulamento e o Projeto de Loteamento do Parque Empresarial Quinta da Graciosa. -----

6 - A não celebração da escritura por facto imputável ao/à promitente comprador/a implica a perda do sinal e dos direitos que lhe advenham da deliberação municipal. -----

7 – Excecionalmente pode a escritura de compra e venda definitiva ser realizada antecipadamente ao prazo referido em 1, quando a titularidade da propriedade do imóvel objeto de venda seja fundamentada e comprovadamente exigida por entidade externa e a Câmara Municipal o aceite”. -----

Foi com fundamento neste nº 7 da cláusula referida que vieram alguns promitentes-compradores (Queijaria Vasco & Pacheco, Lda, José Vicente Peta Piteira, Pig D'Ouro – Produção e Comércio de Rações, Lda, e Bevaper, Lda) de lotes solicitar a realização do contrato definitivo, porquanto as respetivas instituições bancárias exigiam, para efeitos de concessão de crédito, a posse efetiva da propriedade do lote. -----

Atenta a urgência dos promitentes-compradores em terem disponíveis os respetivos contratos definitivos, foram os mesmos celebrados, conforme documentos que se anexam. -----

Porém, por lapso, não foram atempadamente comunicadas estas situação excecionais à Câmara Municipal para que ela sobre as mesmas deliberasse. -----

Nesta conformidade, tendo os contratos definitivos sido realizados por decisão do Sr. Presidente, submetem-se agora, os mesmos, para que a Câmara Municipal os ratifique, nos termos do artº. 164º do CPA. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

OBRAS PARTICULARES. -----

12. FRANCISCO JOSÉ CAEIRO CATARINO. PROCESSO 27/2016. -----

SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA. RUA VISCONDE DA ESPERANÇA, N.º 6, EM CUBA. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 15 dias o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: ----
“2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11,25 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador técnico,